

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CONSELHO UNIVERSITÁRIO – CONSUNI

Secretaria dos Órgãos Colegiados Superiores (Soes)
Bloco IV, Segundo Andar, Câmpus de Palmas
(63) 3229-4067 | (63) 3229-4238 | soes@uft.edu.br



RESOLUÇÃO Nº 55, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2022 – CONSUNI/UFT

(Revogada pela Resolução Consuni nº 73-2022)

Institui orientações para o desenvolvimento das atividades acadêmicas da UFT, no retorno gradual ao ensino presencial no ano letivo de 2022 e dá outras providências.

O Egrégio Conselho Universitário (Consuni) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), reunido em sessão extraordinária no dia 10 de fevereiro de 2022, via web conferência, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, **considerando**,

a **Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde (OMS)**, em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo Novo Coronavírus (Covid-19);

a **Lei nº 13.979/2020, de 6 de fevereiro de 2020**, que "Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019";

a **Lei nº 14.040 de 18 de agosto de 2020**, que "Estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009";

a **Resolução CNE/CP nº 02, de 10 de dezembro de 2020**, que institui Diretrizes Nacionais orientadoras para a implementação dos dispositivos da Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, que estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas pelos sistemas de ensino, instituições e redes escolares, públicas, privadas, comunitárias e confessionais, durante o estado de calamidade reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020;

a **Resolução CNE/CP nº 2, de 5 de agosto de 2021**, que "Institui Diretrizes Nacionais orientadoras para a implementação de medidas no retorno à presencialidade das atividades de ensino e aprendizagem e para a regularização do calendário escolar";

a **Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde (MS)**, que "Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV)";

a **Portaria nº 356, de 11 de março de 2020, do Ministério da Saúde (MS)**, que "Dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de

~~fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid 19)";~~

~~a Portaria nº 544, de 16 de junho de 2020, do Ministério da Educação (MEC), que "Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus – Covid 19, e revoga as Portarias MEC nº 343, de 17 de março de 2020, nº 345, de 19 de março de 2020, e nº 473, de 12 de maio de 2020";~~

~~a Portaria nº 1.030, de 1º de dezembro de 2020, do Ministério da Educação (MEC), que "Dispõe sobre o retorno às aulas presenciais e sobre caráter excepcional de utilização de recursos educacionais digitais para integralização da carga horária das atividades pedagógicas enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus – Covid 19";~~

~~a Portaria nº 1.038, de 7 de dezembro de 2020, que "Altera a Portaria MEC nº 544, de 16 de junho de 2020, que dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meio digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus – Covid 19;~~

~~o Parecer nº 05/2020 do Conselho Nacional de Educação (CNE), homologado pelo Ministério da Educação (MEC), em 29 de maio de 2020, que dispõe sobre a "Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da Covid 19";~~

~~o Parecer CNE/CP nº 11/2020, aprovado em 7 de julho de 2020 – Orientações Educacionais para a Realização de Aulas e Atividades Pedagógicas Presenciais e Não Presenciais no contexto da Pandemia;~~

~~o Parecer nº 9/2020 do Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação (CNE), homologado pelo Ministro de Estado da Educação em 9 de julho de 2020, que dispõe sobre o "Reexame do Parecer CNE/CP nº 5/2020, que tratou da reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da Covid 19";~~

~~o Parecer CNE/CP nº 19/2020, aprovado em 8 de dezembro de 2020 – Reexame do Parecer CNE/CP nº 15, de 6 de outubro de 2020, que tratou das Diretrizes Nacionais para a implementação dos dispositivos da Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, que estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020;~~

~~a Nota Técnica GVIMS/GGTES/ANVISA nº 04/2020, atualizada em 25 de fevereiro de 2021, que dispõe sobre "Orientações adotadas durante a Assistência aos Casos Suspeitos ou Confirmados de Infecção pelo Novo Coronavírus (SARS-CoV-2)" e~~

~~o Plano de Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19;~~

~~como medida adicional de resposta ao enfrentamento da pandemia, e o consequente crescimento da abrangência da vacinação na população adulta do País.~~

RESOLVE

~~**Art. 1º** Definir as orientações para o desenvolvimento das atividades acadêmicas da UFT, no retorno gradual ao ensino presencial no semestre letivo de 2022/1 e 2022/2, com o objetivo de retomar e fortalecer as relações acadêmicas, por meio de recursos tecnológicos e outras estratégias pedagógicas.~~

~~**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, conforme dados do processo nº 23101.000237/2022-71.~~

LUÍS EDUARDO BOVOLATO
Reitor



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

**~~ORIENTAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES
ACADÊMICAS DA UFT, NO RETORNO GRADUAL AO ENSINO
PRESENCIAL NO ANO LETIVO DE 2022 E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.~~**

~~Anexo da Resolução nº 55/2022 – Consuni
Aprovado pelo Conselho Universitário em 10 de fevereiro de 2022~~

~~Palmas/TO
2022~~



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 55/2022 – CONSUNI

CAPÍTULO I

~~DAS DEFINIÇÕES DE RETORNO GRADUAL AO ENSINO PRESENCIAL~~

~~Art. 1º O retorno gradual ao ensino presencial se trata de uma ação centrada no conjunto de atividades acadêmicas, realizadas nos componentes curriculares dos cursos de graduação e pós-graduação presenciais, por meio da hibridização de espaços físicos e digitais, presença física e digital e de tecnologias analógicas e digitais, em momentos síncronos (docente e discentes estão juntos na mesma relação de tempo) e assíncronos (docente e discentes estão em relações diferentes de tempo e espaço), durante o período de isolamento social, e, nos casos em que sejam preservados o distanciamento e a redução significativa do número de estudantes no encontro presencial, com a adoção das medidas de segurança biológica definidas pelo Comitê Institucional Covid-19, por meio do Protocolo de biossegurança para retorno seguro das atividades presenciais na UFT, publicado em 09/12/2021, e respeitando as medidas sanitárias de cada cidade e estado do Tocantins.~~

~~Art. 2º A retomada ao ensino presencial se dará mediante condições sanitárias e atendimento de saúde pública que a viabilize, de forma planejada, gradual e segura à comunidade acadêmica.~~

~~Art. 3º A implementação de atividades remotas (apoiadas por tecnologias digitais) e híbridas (com e sem tecnologias para as quais seja necessária a presencialidade no mesmo espaço físico) nos componentes curriculares presenciais deve estar de acordo com as diretrizes curriculares nacionais, com a proposta pedagógica do curso de graduação, com as especificidades da área de formação, bem como, com as orientações do Núcleo Docente Estruturante, da Coordenação de Curso e de seus Colegiados, e com as normativas gerais e específicas para cada área.~~

CAPÍTULO II

~~DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS~~

~~Art. 4º As atividades acadêmicas poderão ser desenvolvidas em regime presencial, híbrido (compreendido pelo regime parcial entre remoto e presencial) ou remoto em função de critérios relacionados à segurança e à manutenção das atividades necessárias para o adequado funcionamento da unidade e o atendimento das demandas pedagógicas e institucionais, incluindo a possibilidade do escalonamento das atividades.~~

~~Art. 5º A característica central das atividades híbridas é a articulação entre as atividades remotas e as atividades presenciais, exigindo maior atenção do docente à organização do plano de ensino, incluindo estratégias didático-pedagógicas com o revezamento entre atividades presenciais e remotas, escalonadas ao longo do desenvolvimento do componente curricular.~~

~~Art. 6º O Colegiado de Curso, em conjunto com a unidade administrativa competente, decidirá sobre a oferta dos componentes curriculares nos formatos presencial, híbrido ou remoto, de acordo com a capacidade dos ambientes físicos, observadas as normas de biossegurança e as normativas vigentes.~~

~~Art. 7º A flexibilidade dada ao desenvolvimento das atividades de ensino exige que sejam repensadas na elaboração do Plano de Ensino: a gestão do tempo e espaço e, principalmente, as metodologias adotadas, com base na capacidade de ocupação do espaço físico.~~

~~Art. 8º Os componentes curriculares teóricos podem ser ofertados, nos formatos presencial, híbrido ou remoto, por meio do uso de tecnologias digitais da informação e comunicação, para fins de integralização da respectiva carga horária.~~

~~**Parágrafo único.** Os componentes curriculares que possuem carga horária prática devem ofertar a carga horária prática no formato presencial e podem flexibilizar a carga horária teórica de acordo com a decisão do colegiado do curso. As excepcionalidades devem observar o Art. 8º da Resolução CNE/CP Nº 2, de 5 de agosto de 2021, sob responsabilidade do Colegiado de Curso.~~

CAPÍTULO III

DA OFERTA DE COMPONENTES CURRICULARES COM ATIVIDADES REMOTAS

~~Art. 9º A oferta de cada componente curricular, com atividades remotas, pode ser planejada articulando dois modos:-~~

~~I – **Síncrono:** com atividades pedagógicas sob a forma de aulas/encontros online, em tempo real por meio da interação simultânea entre docentes e discentes, via plataformas digitais de web conferência.~~

~~II—Assíncrono: com atividades pedagógicas sem a necessidade de interação em tempo real, programadas e orientadas aos discentes, nas quais os docentes disponibilizam materiais como textos base e complementares, vídeos, links de pesquisa, fóruns e demais estudos dirigidos sobre os conteúdos a serem estudados, com previsão de tempo para estudos, realização das tarefas, correção individual ou coletiva com respostas fornecidas pelo docente.~~

~~**Parágrafo único.** Devem ser garantidos encontros síncronos que correspondam a no mínimo 25% e no máximo 50% da carga horária total do componente curricular e a carga horária excedente distribuída em atividades assíncronas.~~

CAPÍTULO IV

DA OFERTA DE COMPONENTES CURRICULARES COM ATIVIDADES PRESENCIAIS

~~**Art. 10.** As atividades previstas nos componentes curriculares com carga horária prática e os estágios obrigatórios, quando consideradas de imprescindível presencialidade, cabe aos Colegiados dos Cursos analisar e planejar suas etapas, metodologias adotadas, recursos de infraestrutura tecnológica disponíveis, visando atender aos protocolos de biossegurança quanto ao número de alunos por sala, distanciamento e demais medidas de segurança, conforme Art. 8º da Resolução CNE/CP Nº 2, de 5 de agosto de 2021, sob responsabilidade do Colegiado de Curso, e ainda, para os estágios, conforme planejamento das redes de ensino.~~

~~**Art. 11.** Quando o ambiente de ensino físico (sala de aula, laboratório, etc.) não comportar com segurança todos os alunos da turma, a oferta de componentes curriculares com atividades híbridas, pode ser organizada para turmas distribuídas em dois grupos de discentes (ou mais, a depender do planejamento do docente) que devem realizar atividades diversas articuladas em três modos:~~

~~I—Assíncrono: com programação de estudos, a qual pode ser planejada para desenvolvimento em várias (os) etapas/unidades/conteúdos do componente curricular;~~

~~II—Presencial Escalonado: aulas presenciais com distribuição de discentes em grupos que se revezam entre aulas presenciais e atividades assíncronas;~~

~~III—Síncrono: sob a forma de aulas *online* para a possibilidade de interação, com a finalidade de realizar algum tipo de mediação ligada à carga horária teórica ou orientações e desenvolvimento do componente curricular sob sua responsabilidade.~~

~~**Art. 12.** A oferta de componentes curriculares no formato híbrido possibilita o desenvolvimento de atividades de modo presencial e síncrono, desde que haja condições tecnológicas.~~

~~CAPÍTULO V~~

~~DO LIMITE DAS MODALIDADES DE ENSINO~~

~~Art. 13.~~ Os Colegiados do Curso que optarem pela oferta de componentes curriculares, por meio do uso de tecnologias da informação e comunicação, deverão respeitar o limite de 60% presencial e 40% de atividades não presenciais da carga horária total do curso, conforme legislação vigente.

~~CAPÍTULO VI~~

~~DO PLANO DE ENSINO~~

~~Art. 14.~~ Aos Docentes, além das atribuições ordinárias previstas na legislação vigente, compete elaborar o Plano de Ensino do(s) componente(s) curricular(es), sob sua responsabilidade, considerando os objetivos de aprendizagem e demais aspectos pedagógicos, juntamente com a especificação e cronograma de atividades indicando os formatos remoto, híbrido e/ou presencial.

~~Art. 15.~~ O plano de ensino dos componentes curriculares deve conter as metodologias e as práticas de ensino-aprendizagem que incorporem a utilização de tecnologias digitais de informação e comunicação para o cumprimento dos objetivos pedagógicos, contemplando os seguintes itens:-

~~I— identificação do componente curricular (código, denominação, pré-requisitos, créditos, cargas horárias semanais e total, e ementa);~~

~~II— objetivos;-~~

~~III— desdobramento da área de conhecimento em unidades (quando aplicável);-~~

~~IV— procedimentos didáticos, incluindo:-~~

~~a) o sistema de comunicação, observando os princípios de interação entre docente e estudantes, seja qual for o meio tecnológico utilizado, e o acesso à informação sobre o componente curricular;-~~

~~b) os materiais didáticos digitais para as atividades de ensino; e~~

~~c) o ambiente virtual de aprendizagem, as mídias e demais recursos tecnológicos.~~

~~V— formas de avaliação, incluindo critérios de avaliação e frequência, observado o disposto nesta resolução;~~

~~VI— bibliografia básica e bibliografia complementar;~~

~~VII— docente (s) responsável (is).~~

~~Art. 16.~~ O plano de ensino do componente curricular deverá apresentar a carga

~~horária respectiva às atividades, sejam elas presenciais, híbridas ou remotas.~~

~~**Art. 17.** Os Planos de Ensino analisados e aprovados pelo Colegiado devem ser disponibilizados aos discentes pelo(a) docente responsável no início do período letivo, devendo o mesmo ser registrado no Diário Eletrônico.~~

~~**Parágrafo único.** O plano de ensino é obrigatório para todos os componentes curriculares, sendo posteriormente arquivado na coordenação do curso para eventuais consultas.~~

~~**CAPÍTULO VII DOS ESTÁGIOS**~~

~~**Art. 18.** Os estágios obrigatórios e não obrigatórios terão sua metodologia de oferta aprovada pelos colegiados de curso, por meio de plano de trabalho específico e devem ser apensados no Projeto Pedagógico de Curso em atendimento ao Art. 8º da Resolução CNE/CP Nº 2, de 5 de agosto de 2021.~~

~~**CAPÍTULO VIII DO APÊNDICE AO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO**~~

~~**Art. 19.** Os colegiados dos cursos devem apresentar as complementações e atualizações ao Projeto Pedagógico do Curso, referente às formas de oferta de metodologias de ensino durante a vigência desta resolução, os quais deverão ser encaminhados à Coordenação de Desenvolvimento e Regulação de Graduação – CDRG, para organização e devidos encaminhamentos. Somente será aceito o modelo de apêndice apresentado no Anexo I desta resolução, sendo o mesmo de obrigatório preenchimento para os cursos com oferta de componentes no formato híbrido e/ou remoto.~~

~~**Parágrafo único.** Os apêndices aprovados nos colegiados serão submetidos à apreciação e à aprovação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFT.~~

~~**Art. 20.** A ementa e a carga horária dos componentes curriculares não devem, em hipótese alguma, serem diferentes daquelas previstas no Projeto Pedagógico do Curso vigente.~~

~~**CAPÍTULO IX DA IMPOSSIBILIDADE DE ATIVIDADES PRESENCIAIS PELO DISCENTE**~~

~~**Art. 21.** Os alunos que, por motivos de saúde, não puderem estar presentes nas atividades presenciais do seu curso, poderão solicitar, mediante análise e comprovação, tratamento especial em regime domiciliar, tal como preconizado no Regimento Acadêmico da~~

UFT, Cap. IV, Seção II, Arts. 87, 88 e 89.

~~**Parágrafo único.** Para solicitação do tratamento especial o acadêmico deverá seguir o fluxo de procedimento já definido.~~

~~CAPÍTULO X~~

~~DO PLANEJAMENTO DA OFERTA DE DISCIPLINAS~~

~~**Art. 22.** Para definição dos componentes curriculares e formato de oferta híbrida, presencial ou remota, conforme disposto no Art. 6º e Art. 13 desta resolução, recomenda-se considerar, prioritariamente, o seguinte:~~

~~I — componentes curriculares não ofertados durante a vigência do Ensino Remoto, em razão da carga horária prática;~~

~~II — atividades práticas não compatíveis com o formato remoto;~~

~~III — necessidade de acolhimento dos acadêmicos que ingressaram durante o período de Ensino Remoto;~~

~~IV — necessidade de integralização do currículo para alunos concluintes;~~

~~V — relatórios de retenção das disciplinas;~~

~~VI — elaboração de Quadro de Horários que evite sobreposição, de horários de atividades presenciais e remotas, no mesmo período de oferta, tendo em vista a necessidade de organização das condições de estudo, tempos de deslocamento e etc;~~

~~VII — possibilidade de organização dos espaços físicos dos Câmpus, em conformidade com as normas de biossegurança;~~

~~VIII — análise de comorbidades apresentadas pelo corpo docente, junto ao RH do Câmpus e/ou Progedep, nos termos das normativas vigentes.~~

~~**Art. 23.** Quando o componente curricular tiver carga horária prática e o(a) docente responsável pela oferta da mesma apresentar as condições ou fatores de risco, previstos no Art. 4º da Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME Nº 90, de 28 de setembro de 2021 e/ou em outras que vierem a ser publicadas, recomenda-se analisar o seguinte:~~

~~I — a possibilidade de adaptação, emergencial, do conteúdo e/ou metodologia de ensino para o ensino remoto;~~

~~II — a distribuição da disciplina para outro docente, evitando a não oferta da mesma;~~

~~III — a atribuição de nova disciplina ao docente, que possibilite sua oferta em formato remoto;~~

~~IV— a realização da disciplina com carga horária teórico-prática em colaboração entre docentes.~~

~~§1º. Nos termos da legislação vigente, o docente que se enquadrar nas hipóteses previstas no inciso I do Art 4º da referida instrução normativa, poderá solicitar o retorno ao trabalho presencial, por meio de autodeclaração, conforme procedimento a ser definido pela Progedep.~~

~~§2º. Caso o número de docentes em condições ou fatores de risco comprometam a oferta dos componentes curriculares além do limite estabelecido no Art. 13 desta resolução, o Colegiado deverá elaborar proposta, com intuito de garantir a oferta e integralização curricular, e submeter a análise do Câmpus e Prograd.~~

~~Art. 24. Com exceção das atividades assíncronas, as demais deverão ocorrer no horário definido para o componente curricular.~~

CAPÍTULO XI

DO CONTROLE DE FREQUÊNCIA E CRITÉRIO DE APROVAÇÃO

~~Art. 25. Em observância ao disposto nesta resolução quanto à flexibilidade no desenvolvimento das atividades acadêmicas o registro de frequência ficará da seguinte forma:~~

~~I— oferta no formato presencial: A frequência será exigida durante a realização das atividades;~~

~~II— oferta em formato híbrido: A frequência não será considerada durante a realização das atividades assíncronas, quando houver, passando a ser exigida nas atividades síncronas e presenciais;~~

~~III— oferta em formato Remoto: A frequência não será considerada durante a realização das atividades assíncronas, uma vez que a avaliação será formativa e processual, passando a ser exigida nas atividades síncronas.~~

~~Parágrafo único. Nas ofertas em formato híbrido e remoto, para fim exclusivo de registro no Diário Eletrônico da UFT, nas datas correspondentes às atividades assíncronas, deverá ser registrada frequência para o acadêmico.~~

~~Art. 26. Entende-se por frequência o comparecimento às atividades acadêmicas programadas (síncronas e/ou presenciais), ficando nela reprovado o acadêmico que não comparecer, no mínimo, a 75% (setenta e cinco por cento) das mesmas.~~

~~Art. 27. Considerando a regularização do Calendário Acadêmico com restabelecimento dos 100 (cem) dias letivos e reserva de período para realização de Exames Finais, a média para aprovação, sem exame final, será 7,0.~~

~~Art. 28.~~ Nos termos dos Arts 84 do Regimento Acadêmico, será aprovado em um componente curricular e fará jus aos créditos a ele consignados o acadêmico que satisfizer as seguintes condições:

~~I — alcançar, em cada componente curricular, uma média de pontos igual ou superior a 5,0 (cinco) após o exame final;~~

~~II — tiver frequência igual ou maior que 75% (setenta e cinco por cento) em atividades (síncronas e/ou presenciais) previstas como carga horária total no plano do componente curricular.~~

~~Parágrafo único.~~ Será aprovado, automaticamente, sem exame final, o acadêmico que obtiver média de pontos igual ou superior a 7,0 (sete).

~~Art. 29.~~ O acadêmico com frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) e média igual ou superior a 4,0 (quatro) e inferior a 7,0 (sete) no(s) respectivo(s) componente(s) curricular(es) será submetido ao exame final.

~~§ 1º~~ Para aprovação nas condições previstas no caput deste artigo, exige-se que a média aritmética entre a média anterior e a nota do exame final seja igual ou superior a 5,0 (cinco) pontos.

~~§ 2º~~ Para a Pós-graduação, o sistema de avaliação dos estudantes é realizado por atribuição de conceitos, representado por letra, obedecida a equivalência de rendimento conforme Art. 31, da Resolução Consepe 09/2018.

CAPÍTULO XII

DA SOLICITAÇÃO DE PROCEDIMENTOS POR MEIO ELETRÔNICO

~~Art. 30.~~ Excepcionalmente, considerando os procedimentos adotados seguindo as orientações para o enfrentamento de forma preventiva do Covid-19, as normas de biossegurança estabelecidas para o período de transição ao retorno das atividades presenciais na UFT, os procedimentos serão realizados de forma eletrônica.

~~§ 1º.~~ As solicitações e documentações apresentadas de forma eletrônica serão arquivadas no dossiê do acadêmico e, posteriormente, havendo necessidade, poderão ser solicitados o(s) documento(s) comprobatório(s) apresentado(s) de forma eletrônica.

~~§ 2º.~~ Serão consideradas válidas as solicitações realizadas, nos termos das orientações, por meio de acesso individual e exclusivo da conta de *e-mail* institucional e/ou número de matrícula e/ou cadastro com uso de senha particular e intransferível, nos sistemas disponibilizados.

~~§ 3º.~~ Os acadêmicos que não tiverem condições de realizar o procedimento de

~~forma eletrônica, poderão entrar em contato com a Secretaria Acadêmica do Câmpus, para os acadêmicos da graduação, e no caso dos acadêmicos dos cursos de pós graduação, Secretaria Acadêmica do Programa, para receber orientação de procedimento alternativo que atenda à exceção de excepcionalidade.~~

~~**Art. 31.** Os pedidos de Aproveitamento de Disciplinas e Solicitações de Atividades Complementares continuarão, até que seja implantado novo sistema, sendo registrados em <https://palmas.uft.edu.br/sisma/seletivo>, seguindo as orientações específicas publicadas no Portal do Aluno;~~

~~§ 1º. Os pedidos serão analisados pela Coordenação do Curso nos termos de seu planejamento e, posteriormente, serão encaminhados à Secretaria Acadêmica para o registro das informações.~~

~~§ 2º. Não sendo possível confirmar a autenticidade da documentação apresentada, poderão ser solicitadas informações adicionais, tais como: contato, endereço eletrônico do expedidor e/ou site para consulta pública.~~

~~§ 3º. O registro poderá ser anulado caso seja constatado, a qualquer tempo, quaisquer irregularidades na documentação apresentada, ficando o acadêmico(a) sujeito às penalidades cabíveis.~~

~~§ 4º. Os estudantes poderão solicitar aproveitamento de estudos realizados durante a suspensão do calendário e/ou período de vigência da Resolução Consuni UFT nº 28/2020, para efeito de equivalência de componentes curriculares.~~

CAPÍTULO XIII

DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO, DISSERTAÇÕES, TESES E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

~~**Art. 32.** A apresentação dos trabalhos monográficos, conclusão de curso, dissertações e teses poderão ser realizadas por videoconferência, devendo ser observadas as orientações específicas para apresentação e elaboração da Ata.~~

~~**Parágrafo único.** As apresentações que seguirem o formato presencial, deverão observar as normas de biossegurança, respeitando, ainda, a organização dos Câmpus.~~

~~**Art. 33.** Os Trabalhos Monográficos e/ou de Conclusão de Curso, independentemente do formato de apresentação deverão ser arquivados em formato digital, juntamente com a Ata de Defesa/Conclusão, no Sistema “Asten”, na Coordenação do Curso ou no Repositório Institucional da UFT.~~

~~§ 1º. Compete ao acadêmico a guarda de cópia impressa e digital da~~

documentação mencionada acima.

~~§ 2º. Considerando o prazo para a implementação do Diploma Digital, será publicada, pela Prograd, instrução normativa específica sobre a juntada da versão final do TCC, dissertação ou tese com a folha de aprovação assinada, pelos membros da Banca ou pelo Orientador, ata de defesa e termo autorização de publicização no Repositório, para fins de obtenção de Certidão de Nada Consta, no processo eletrônico de registro de Diploma.~~

~~§ 3º. A utilização do Repositório Institucional da UFT, para fins do disposto no Art.29, requer organização e publicação de instrução normativa específica a ser elaborada pela Prograd.~~

~~Art. 34. As atividades complementares terão seu aproveitamento flexibilizado no que tange, relativamente, aos percentuais de distribuição entre atividades de ensino, pesquisa e extensão, devendo ser respeitado o total de carga horária necessária para integralização.~~

CAPÍTULO XIV

DOS TRANCAMENTOS DE MATRÍCULA E PRAZO DE INTEGRALIZAÇÃO

~~Art. 35. Nos termos do Art. 70, § 1º do Regimento Acadêmico UFT, o acadêmico poderá trancar sua matrícula no curso de graduação pelo prazo máximo de (1) um ano (02 semestres), sendo possível prorrogação por igual período (+ 02 semestres), mediante justificativa.~~

CAPÍTULO XV

DA COMPROVAÇÃO DO ESQUEMA VACINAL

~~Art. 36. O acesso às dependências físicas da UFT ficará condicionado à comprovação do esquema vacinal contra a Covid-19 e, ainda, ao cumprimento das medidas de biossegurança.~~

~~Parágrafo único. Será publicada Instrução Normativa específica com os procedimentos necessários à comprovação do esquema vacinal, além de orientações sobre os casos de expressa impossibilidade clínica atestado por relatório médico.~~

CAPÍTULO XVI

DISPOSIÇÕES GERAIS

~~Art. 37. Os dispositivos presentes em deliberações do Consepe e Consuni que sejam contrários a esta Resolução ficam inaplicáveis durante a vigência desta Resolução.~~

~~Art. 38.~~ Fica revogada a Resolução Consuni nº 28, DE 08 DE OUTUBRO DE 2020.

~~Art. 39.~~ Os casos omissos serão tratados pelas coordenações de curso, direções de Câmpus e pela Pró-reitoria de Graduação, na ordem da sua competência.

~~Art. 40.~~ Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

~~LUÍS EDUARDO BOVOLATO~~
~~Reitor~~

ANEXO “I” DA RESOLUÇÃO CONSUNI Nº 55/2022

APÊNDICE DE ATUALIZAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO 2022

<u>Dados do Curso:</u>	
Nome do Curso	
Modalidade	
Turno	
Carga horária total do Curso	
Câmpus	
Nome do Coordenador(a)	
Composição do NDE do Curso	

Objetivo:

Atualizar o Projeto Pedagógico do Curso em atendimento à Resolução CNE/CP nº 02 de 05 de agosto de 2021 e normas complementares para a implementação de medidas no retorno à presencialidade das atividades de ensino e aprendizagem da Universidade Federal do Tocantins, garantindo o retorno seguro e gradual.

Justificativa:

Em razão da pandemia do Covid-19 vivenciadas nos últimos dois anos e diante da ampliação da imunização e das condições epidemiológicas locais a Universidade Federal do Tocantins organiza o retorno gradual e seguro das atividades presenciais.

As atividades acadêmicas foram ofertadas nos últimos semestres em formato remoto entretanto para respeitar o distanciamento físico conforme preconizado nos protocolos de biossegurança o retorno imediato as atividades presenciais em sua totalidade precisa ser planejado tendo em vista que a infraestrutura atual e disponível nos impede de respeitar o distanciamento físico atendendo a tais protocolos.

Os desafios impostos aos docentes e discentes em aprender a utilizar as tecnologias e desenvolver novas estratégias de mediação da aprendizagem não podem ser desprezadas dada a necessidade do contexto do retorno seguro e gradual.

Por esta razão apresentamos a proposta de adequação dos métodos e práticas de ensino e aprendizagem com a incorporação e o uso integrado das tecnologias de informação e comunicação para o ano letivo de 2022.

O Coordenador do Curso apresenta ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão as atualizações e

complementações do PPC que constam neste documento e que foram aprovadas em reunião colegiada no dia ____
/____/____.

ATUALIZAÇÕES E COMPLEMENTAÇÕES

1. Integração dos Métodos e Práticas de Ensino Aprendizagem e o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação

O curso deve descrever neste campo as metodologias, estratégias e procedimentos que serão usados pelo curso para o ano letivo de 2022.

1.1 Presencial e/ou Híbrido

O Colegiado deve apresentar claramente, na matriz abaixo, o percentual de carga horária remota (assíncrono/síncrono) e presencial e indicar as metodologias a serem utilizadas pelo curso.

SEMESTRE	CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	CH- PRESENCIAL	CH- SÍNCRONA	CH- ASSÍNCRONA
CARGA HORÁRIA TOTAL					

Cidade, dia de mês de ano.

Prof(a) Dr(a) <Nome completo>
Coordenador(a)

ANEXO “H” DA RESOLUÇÃO CONSUNI Nº 55/2022

PLANO DE ENSINO HÍBRIDO					
SEMESTRE	CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	CH- PRESENCIAL	CH- SÍNCRONA	CH-ASSÍNCRONA
Docente: _____ e-mail: _____ Telefone: _____					
1— EMENTA					
A mesma que consta no PPC vigente.					
2— OBJETIVOS					
Informar 01 Objetivo Geral e pelo menos 02 Objetivos Específicos do que se espera que os discentes aprendam neste componente curricular Objetivo Geral - Objetivos específicos - -					
3— CONTEÚDO PROGRAMÁTICO					
O conteúdo programático pode ser organizado por aulas, unidades temáticas, temas inter e transdisciplinares e outros.					
4— METODOLOGIAS, ESTRATÉGIAS, PROCEDIMENTOS E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO					
Especificar quais serão as estratégias, procedimentos e critérios adotados pelo docente para avaliar a aprendizagem dos discentes.					
5— TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO					

Descrever quais as TDIC utilizadas para interação visando a aprendizagem deste componente curricular e indicar o link para acesso:

Whatsapp/Telegram (ou outra): Nome do grupo, link para entrar no grupo, qual o propósito do grupo (emissão de comunicados, tira dúvidas, webconferências, compartilhamento de arquivos, organização das rotinas e etc) e dia/período/horário de atividade (ex: Segunda-feira/manhã/8h-9h30min)

Sala no AVA/ Google Classroom (ou outra): Nome da disciplina no ambiente virtual, link para entrar na sala de aula virtual, que tipo de atividades ocorrerão (fórum de discussão, envio e compartilhamento de atividades, postagem do material digital da disciplina e etc).

Sugestão de TDIC: Google Drive, Padlet, Canva, Crello, Thinglink e etc.

6- BIBLIOGRAFIA (básica e complementar)

7- CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

MODALIDADE DE ATIVIDADE	DATA	ATIVIDADES/- HORÁRIO
(Exemplos: remota, assíncrona, síncrona, atividade de campo, presencial)	<p>Exemplo:</p> <p>___/___/20___</p> <p>Manhã</p> <p>(Tarde ou Noite)</p> <p>0-4</p>	<p>Exemplo:</p> <p>Conteúdo programático: Descrever, de acordo com o tópico 3 deste plano:</p> <p>08h às 09h30min: Aula síncrona – Apresentação da ementa e plano de atividades. Vídeo para as discussões:</p> <p>– Nome do vídeo: Afinal, o que é XXX?: Link: https://www.youtube.com/watch?v=...</p> <p>09:30 às 12h: Aula assíncrona – Assistir o vídeo “A XXX na contemporaneidade”: Link: https://www.youtube.com/watch?v=... Ver os slides sobre Arte assistir e vídeos sobre conceito de arte e dissertar sobre o que é XXX?</p> <p>Discussão no AVA. Tirar dúvidas no Whatsapp.</p>

CIDADE TO, ___ de ___ de ___.

Prof(a) Dr(a) <Nome completo>

Professor(a)